

Desafios do novo governo

Helio Duque

No jogo democrático ganha a eleição quem faz mais votos. Na democracia, a manifestação popular deve ser respeitada e acatada mesmo pelos que não gostem do resultado. Nas sociedades civilizadas os descontentes tem a responsabilidade de aguardar as próximas eleições. Os brasileiros se manifestaram contra a corrupção e pela renovação política. Muitos detentores de mandatos no executivo e no legislativo achavam-se ungidos e herdeiros hereditários. Muitos foram aposentados compulsoriamente pelas urnas. Outros, em menor número, sobreviveram nas províncias menos desenvolvidas.

O clima de crispação, azedando as relações sociais, em muitos casos, teve no discurso do ódio e da intolerância seu núcleo alimentador. É dever do presidente eleito reconhecer que o Estado Democrático de Direito é o principal balizador no impedimento de aventuras autoritárias. Na democracia todos são iguais e tem o mesmo direito de manifestação nos limites que impõe o Estado de Direito. Na ordem democrática a divergência não pode e não deve ser catalogada como ação de adversários da ordem estabelecida. É necessário ter a consciência de que um Presidente da República pode fazer muita coisa, mas não pode tudo. A harmonia dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é fundamental na garantia do Estado de Direito.

O resultado eleitoral de 28 de outubro traduziu em números essa realidade. O candidato Jair Bolsonaro teve 57,5 milhões de voto. O opositor Fernando Haddad obteve 46,5 milhões de votos. Destacadamente a soma das abstenções, mais votos brancos e nulos, atingiu 42,4 milhões. O vitorioso Bolsonaro teve 39,2 da totalidade dos eleitores registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Numa clara demonstração de vontade da sociedade de ver o clima beligerante e ódio irracional banida do cotidiano dos brasileiros. O mandato conferido ao novo presidente, pelo voto, não admite contestação, reconhecido pelo próprio candidato opositor.

Infelizmente os grandes problemas econômicos e sociais que atingem diretamente a vida de milhões de brasileiros foi o ausente na disputa eleitoral. O grande desafio agora é enxergar um Brasil que precisa retomar a razão e implantar o caminho do reencontro consigo mesmo,

buscando o desenvolvimento, após viver a maior recessão econômica da sua história. Fruto de governos irresponsáveis e incompetentes que dividiram a nação entre “nós” e “eles”. Nele a corrupção se implantou como política de Estado e alargou-se em todas as áreas da administração pública. Nas unidades federativas, o exemplo do governador Sergio Cabral não é fato isolado. A corrupção sistêmica e organizada marcou um tempo que precisa ser sepultado.

O novo governo da República, ao assumir em 1º de janeiro de 2019, encontrará um Brasil que superou, graças a uma equipe econômica competente, a brutal recessão que determinou uma década perdida no desenvolvimento nacional. A realidade que o espera permitirá que amplie uma agenda positiva. E prestigie nomes como de Ilan Goldfajn, no Banco Central e economistas competentes como Mansueto Almeida, Ana Paula Vescovi, Marcelo Caetano, Jorge Rachid e outros notáveis administradores da máquina pública comprometidos unicamente a servir ao Estado brasileiro.

Em isso ocorrendo, o futuro governo dará um tiro de largada muito bem servido na estrutura pública. Enxergando o futuro e propondo soluções para a crise estrutural da economia brasileira deve ser o caminho adotado. Com reformas corajosas que tenha a população como objetivo. Enfrentando a corrupção, a violência nos centros urbanos, a falência da saúde pública, a deplorável qualidade da educação e o corporativismo prevalente nos três poderes da República.

Uma agenda reformista, enfrentando o rombo das contas públicas, privatização de empresas ineficientes, reforma da previdência, são medidas iniciais impopulares, mas fundamentais para recolocar o Brasil na rota segura do desenvolvimento com justiça social em uma sociedade democrática.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.